

MARCUS ALEXSANDER DEXHEIMER
Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e
Secretário Jurídico no Tribunal de Justiça de Santa Catarina

ESTATUTO DA CIDADE E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

OAB/SC Editora

Florianópolis, 2006

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO: BIBLIOTECÁRIA CRISTINA G. DE
AMORIM CRB -14/898 D525E

D525e

Dexheimer, Marcus Alexsander
Estatuto da Cidade e Democracia Participativa - Florianópolis:
OAB/SC Editora, 2006.
192p.

ISBN 85-98304-64-6

1. Direito urbanístico I. Título

CDD - 346.81045

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: O MARCO TEÓRICO PARA O NOVO ESTADO	17
1.1. Noções introdutórias	17
1.2. Características e esgotamento da democracia representativa contemporânea	20
1.3. A necessidade de ampliação dos mecanismos democráticos	28
1.3.1. Representação política e Estado de Partidos	36
1.3.2. Participação e novos movimentos sociais	41
1.3.3. Participação popular e espaço urbano	48
1.4. Uma nova cidadania para uma nova democracia	54
1.5. Considerações finais	63
2. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO ESTADO DE DIREITO DO AMBIENTE	64
2.1. Noções introdutórias	64
2.2. A emergência do Estado de Direito do Ambiente	66
2.2.1. O ordenamento jurídico a serviço do Estado de Direito do Ambiente	71
2.2.2. Princípios jurídicos estruturantes do Estado de Direito do Ambiente	73
2.2.3. Princípio da proporcionalidade do Estado de Direito do Ambiente	79
2.3. Participação popular no Estado de Direito do Ambiente	88
2.3.1. Participação popular na Constituição de 1988	91
2.4. Direito de propriedade no Estado de Direito do Ambiente	95
2.4.1. Além da função social: o componente ambiental	106
2.5. Educação ambiental no Estado de Direito do Ambiente	109
2.6. Município e planejamento urbano no Estado de Direito do Ambiente	118
2.7. Considerações finais	130
3. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO ESTATUTO DA CIDADE	131
3.1. Noções introdutórias	131

3.2. O Estatuto da Cidade no Direito Urbanístico brasileiro	132
3.3. Diretrizes gerais do Estatuto da Cidade	139
3.4. Gestão democrática da cidade	150
3.4.1. A importância do Plano Diretor para a gestão democrática	157
3.5. Considerações finais	160
CONCLUSÃO	162
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166